

O HUMANISMO EM QUESTÃO

por António Reis

Jofre Amaral Nogueira, *UM HUMANISMO À NOSSA MEDIDA*, Col. Civilização Portuguesa, n.º 12, 404 páginas. Inova, Porto.

Num país pouco afeito aos esforços de teorização ou em que esta se fica quase sempre pelas divagações saudosístico-nacionalistas, é com curiosidade que vemos aparecer alguém que se atreve a quebrar tão lusitana tradição, não receando discutir as mais recentes investigações em curso no domínio «filosófico» (designação cada vez mais equívoca mas talvez por isso mesmo cada vez mais cómoda). É certo que não estamos diante de uma peça teórica original — para que há cada vez menos lugar hoje em dia —, nem sequer de uma dessas obras de fôlego que esgotam uma problemática. Nem tal foi o propósito do autor. Os ensaios que Jofre Amaral Nogueira reuniu em volume são acima de tudo tentativas de divulgação crítica dos temas mais importantes e discutidos do pensamento contemporâneo — epistemologia estruturalista, sociologia política (Marcuse), cultural e estética — segundo uma perspectiva de análise que repousa essencialmente numa ética de humanismo socialista e numa metodologia dialéctica. Para além deste tipo de ensaios, o livro contém ainda uma série de pequenos artigos mais «técnicos» sobre problemas do ensino, uma análise histórica da revolução de 1640, uma polémica com Sérgio sobre teoria do conhecimento em 1937 e um artigo sobre o mesmo Sérgio escrito pela morte deste. Uma tal variedade de assuntos introduz um notório desequilíbrio no volume e torna quase impossível uma análise crítica integral. Vamos, pois, ocupar-nos fundamentalmente do primeiro tipo de ensaios há pouco referido — dois deles, aliás (sobre Foucault e o estruturalismo), já publicados no *Vértice* (n.º 298 e 304, de 1968 e 1969) —, que sobrelevam os restantes em interesse e qualidade.

Nos ensaios já publicados «Um panorama 'não-histórico' da 'história' da cultura» e «Rumos e problemas do estruturalismo», J. A. N. começa por

proceder a uma sistematização e síntese fiéis, ainda que forçosamente sumárias, do pensamento de Foucault, e das posições da lingüística, etnologia e psicanálise estruturalistas, salientando acima de tudo as conclusões globais anti-humanistas e anti-historicistas para que convergem, conclusões que ultrapassam o âmbito metodológico e o domínio específico do saber em que se desenvolvem as respectivas premissas. A argumentação que J. A. N. desenvolve em seguida situa-se a dois nveis: por um lado procura demonstrar a incoerência interna de algumas das teses capitais do estruturalismo, com base nos seus paradoxos, círculos viciosos e petições de princípio, por via de omissões de factos ou alterações cronológicas; por outro lado, e de forma mais frontal, tenta mostrar a fragilidade das conclusões, eivadas de um carácter mais metafísico que científico. Assim, Foucault afastaria *a priori* da sua história de cada época do saber todos os factos ou ramos do conhecimento pouco favoráveis à sua interpretação sincrónica, iludindo ao mesmo tempo a continuidade existente entre os vários elementos e critérios dos diferentes «epistemas», desprezando a influência dos novos factos conhecidos na construção de novas estruturas conceptuais, deixando, pois, por explicar a passagem de uma estrutura a outra, já que a simples realização de uma possibilidade de entre as várias contidas na estrutura anterior não consegue dar conta do facto de ter sido essa e não outra a possibilidade realizada efectivamente (pp. 40 a 46). Além disso, o estruturalismo ora considera a língua como algo de «espesso» ou «opaco», opondo-se à concepção tradicional da língua como mero instrumento, ora faz dela uma «transparência», o mesmo se passando com o homem, cuja estrutura própria é iludida. Por último, ao pressupor uma única estrutura geral, o estruturalismo torna cada elemento de uma estrutura

particular simultaneamente variável e invariável (pp. 101, 102, 119).

Se a impossibilidade lógica destes últimos paradoxos nos parece discutível e condicionada talvez por uma exagerada sensibilidade aos «significados», já o primeiro tipo de vícios lógicos, em que se dá como provado o que há a provar, nos parece constituir o defeito interno mais importante a assinalar, acabando por pôr em causa todas as conclusões «filosóficas». São estas, sem dúvida alguma, o calcanhar de Aquiles do estruturalismo: a concepção de uma «arquitectura do espírito» anterior ao social, ao mental, ao orgânico, fonte de todas as estruturas, fundamento dos fundamentos, faz tombar o discurso científico no poço da metafísica, de uma metafísica nada original, aliás, pois facilmente se reconhece nela a sombra de Hegel (pp. 49 e 111). Paralelamente, fica por explicar a «produção do estruturado, dos factos, dos acontecimentos» (p. 115), do novo. O estruturalismo encontra-se espartilhado entre estes dois «inexplicáveis», em consequência da generalização abusiva a que se procedeu de uma teoria cuja validade se limita ao «terreno médio dos sistemas concretos relacionados com as suas imediatas estruturas» (p. 118) e, mesmo aqui, «enquanto não sofrer a prova da contrastaria... que nas ciências sociais consistirá em poder inserir no esquema proposto todos os factos conhecidos a que dirá respeito» (p. 51).

Já a argumentação dirigida contra as conclusões anti-humanistas do estruturalismo nos pareceu mais frágil, pois não basta conceber o homem como dotado de uma estrutura própria e as estruturas como necessitando de ser «agidas» (coisa que o estruturalismo não nega) para destruir o primado da estrutura sobre o homem. Nem muito menos invocar com Garaudy os acontecimentos de Maio (!) para refutar os teóricos da morte do homem (p. 121)... O que está em causa é o tipo de humanismo que o estruturalismo pretende criticar e que está longe de incluir todos os humanismos, para se reduzir no fundo ao humanismo da essência abstracta do Homem, que já Marx pôs em questão há mais de um século... A partir do momento em que o homem é concebido como

o «conjunto das relações sociais», desaparece a oposição tão explorada entre estrutura e homem ou sociedade e homem. É esta, aliás, a argumentação a que J.A.N. acaba por chegar no ensaio consagrado a Althusser e sobretudo no ensaio que dá o título ao livro, os quais, sob este aspecto, funcionam como complementos indispensáveis à leitura dos anteriores (Cf. pp. 168, 274: «Este humanismo... não sendo um humanismo, também não é um antropologismo, ao contrário do que sugeriu Althusser. Não parte de um homem abstracto — nem sequer de um homem concreto — para a sociedade, mas parte da sociedade para os homens...», e p. 284). Donde a sensação, que cada vez se vai tornando mais clara, de que a imensa polémica sobre o humanismo, que tanta tinta fez correr, repousa sobre bases falsas, pseudo-problemas que tiveram, porém, o condão de despertarem uma série de estudos importantes sobre a evolução do pensamento de Marx e de levarem, em consequência, a um aprofundamento da concepção do humanismo socialista.

O ensaio sobre Althusser ilustra bem o que acabámos de dizer. Nele se sintetizam algumas das variadíssimas opiniões surgidas sobre o problema da unidade ou corte na evolução do pensamento de Marx, e se apontam os caminhos possíveis no desenvolvimento da teoria marxista. J.A.N. põe o dedo na ferida quando mostra a impossibilidade de se reduzir o jovem Marx dos Manuscritos a um fiel discípulo de Feuerbach no que diz respeito à concepção do homem (p. 154), bem como quando sublinha, na esteira de Mändel, a continuidade da problemática da alienação até a «O Capital», passando por essa obra ainda tão mal conhecida que são os «Fundamentos da Crítica da Economia Política». Já, porém, a argumentação que se baseia na continuidade da praxis política de Marx e seus objectivos para fundamentar a sua continuidade epistemológica nos parece menos convincente, pois não vemos como a primeira tem de implicar necessariamente a segunda embora a fosse favorecer (cf. pp. 157, 158), J.A.N. põe também em re-

levo e bem a fragilidade da distinção althusseriana entre ideologia e ciência (pp. 159 a 165), e a ilegitimidade, pelo menos do ponto de vista de Marx, de uma concepção meramente sincrónica da sociedade (pp. 172, 173). (Note-se de passagem uma confusão de referências na p. 146: a obra «Salários, Preços e Lucros» vem indicada como pertencente à terceira fase do pensamento de Marx na periodização althusseriana (1845 a 1857), quando de facto pertence à quarta fase, pois foi publicada em 1865; a obra que J.A.N. pretende referir é certamente «Trabalho Assalariado e Capital» publicada em 1849).

No ensaio «Linguagem e Pensamento», J.A.N. defende uma «concepção dialéctica das relações entre o pensamento e a linguagem» (p. 200), afastando tanto a tese tradicional da língua como mero instrumento do pensamento, como a tese estruturalista do pensamento como «transparência» da língua. Os fundamentos de tal posição vai buscá-los à psicologia genética contemporânea, que nos mostra a necessidade de encarar a linguagem como «um acto de adequação à natureza circundante e à sociedade, e produto social dela», na sequência da perspectiva da Ideologia Alemã. Parece-nos, porém, que uma tal posição lucraria igualmente com uma interpretação dos resultados da biologia e da antropologia⁽¹⁾ quanto à especificidade da estrutura orgânica que caracteriza o homem e sua influência determinante na eclosão do binómio pensamento-linguagem. Estamos, com efeito, perante uma problemática que exige como poucas um tratamento interdisciplinar.

O ensaio «Um Humanismo à Nossa Medida» tem a vantagem de sistematizar algumas concepções que andavam dispersas pelos ensaios anteriores. Permite-nos ao mesmo tempo uma visão histórica do conceito em causa e a sua inserção em todo um contexto de lutas sociais. Interessante a análise do problema da divisão do trabalho na sociedade tecnológica, mas parece-nos nitidamente insuficiente a formulação da alternativa numa perspectiva de humanismo socialista, apesar da riqueza da citação de «O Capital». Com o auxílio de E. Mändel⁽²⁾ seria possível ir muito mais longe, precisando-se o sentido da superação da divisão do trabalho numa sociedade socialista. Note-se de passagem que a concepção idealista descrita a páginas 263 nos parece susceptível de avolumar a confusão tão espalhada entre idealismo empírico e idealismo transcendental, dado que assenta numa noção, psicológica de consciência que não é a de idealismo transcendental.

Se as posições defendidas em todos os ensaios que temos vindo a analisar merecem a nossa concordância geral apesar das discordâncias de pormenor que temos referido, dada a objectividade na apresentação das posições e a pertinência das críticas formuladas, o mesmo já não podemos dizer do ensaio consagrado a Marcuse, que francamente nos desiludiu. Vejamos porquê.

Em primeiro lugar, ao referir os pensadores que mais influíram em Marcuse, J.A.N. sobrevaloriza estranhamente a influência exercida por Heidegger, que foi mínima, e circunscrita a um ensaio de 1928 e à sua tese «A antologia de Hegel e a teoria da historicidade», deixando de se verificar ou diluindo-se completamente nas obras posteriores e nomeadamente em «Eros e Civilização» e «O Homem Unidimensional». Mais do que uma «interpretação do marxismo à luz do existencialismo heideggeriano» (p. 221), é o contrário que nos parece suceder. A combinação entre Hegel, Marx, Heidegger e Freud, a que J. A. N. se refere, é, pois, muito especial, assumindo Marx o papel básico, com Hegel e Heidegger (este episódicamente) interpretados à sua luz e Freud apresentado como inovador complementar no plano dos princípios psicológicos e adversário no plano ético.

Em segundo lugar, parece-nos incorrecto afirmar que o Marx de Marcuse é o jovem Marx e que «muito pouco ele retém de 'O Capital', para lá da alienação do homem através da coisificação com que se estrutura a vida social-económica dentro do sistema capitalista» (pp. 227-228). Não só «Razão e Revolução» apresenta, no capítulo consagrado a Marx, quase tantas citações da «Contribuição para a Crítica da Economia Política» e de «O Capital» como dos Manuscritos e da Ideologia Alemã, como, para o próprio J.A.N., a «conclusão mais genérica de Marx, aquela em que todas as outras se resumem e de que derivam» (p. 272), que se pode retirar de «O Capital», «foi a de que a sociedade capitalista era por essência uma sociedade anti-humana porque não funcionava em razão das pessoas mas em razão das coisas, das mercadorias, ou seja, porque alienava o homem, substituindo as relações entre homens por relações entre coisas...» (p. 272). Isto é, a conclusão de Marcuse é a que o próprio J.A.N. adopta no ensaio «Um Humanismo à Nossa Medida», depois de ter considerado insuficiente no ensaio que vimos criticando!

As afirmações seguintes de que «todas as teses resultantes da análise marxista da sociedade burguesa, sobremodo as que dizem respeito ao desenvolvimento das suas contradições fundamentais e prevêm a respectiva superação dialéctica, ficam postas de parte» e de que «a actuação da classe proletária como alavanca da transformação qualitativa é negada», cedem a uma interpretação que se vulgarizou bastante do pensamento de Marcuse e que os textos não autorizam, muito embora uma leitura apresada a possa sugerir. Aliás, numa obra mais recente (1969), que J.A.N. parece desconhecer, Marcuse afirma clara-

CORRIGENDA

Na crítica ao livro de Faure da Rosa, da autoria de M. L. Lepecki, publicada no último número da *Seara Nova*, «escapou» uma gralha que nos apressamos a rectificar. No final da segunda coluna, o período que começa «Na dialéctica textual estabelecida entre **quantidade maior...**» deve ser lido, integralmente, da seguinte forma: «Na dialéctica textual estabelecida entre **quantidade maior** (história da opção e da acção é óbvio que o texto se organiza como um sistema de referências mútuas, por vezes (muitas) de natureza simbólica.»

Esclarecemos ainda que a secção Registo Bibliográfico é da responsabilidade da Redacção da *Seara Nova*.

⁽¹⁾ Cf. os estudos de A. Gehlen e Alfred Portmann.

⁽²⁾ Cf. para além do seu «Tratado de Economia» e da «Formação do pensamento económico de Marx», a sua resposta a uma crítica recente de Angel Herménde a este livro no *New Left Review* n.º 72, (Março-Abril 1972).

mente que «objectivamente, em si, os trabalhadores continuam a constituir virtualmente a classe revolucionária; subjectivamente, «para si», é que isso já não é verdade» («Vers la Libération», Ed. de Minuit, p. 28). Além disso, a função da Nova Esquerda não é mais do que a de uma detonadora da consciencialização das camadas operárias, nunca a de agente social da revolução, como J.A.N. julgou entender. Quando Marcuse fala de integração da classe operária americana no sistema capitalista é sempre no sentido subjectivo e não objectivo, pois o papel que ela desempenha no processo de produção continua a ser antagónico em relação ao da burguesia. É essa integração subjectiva é hoje um facto que surpreendentemente J.A.N. pretende pôr em dúvida socorrendo-se de alguns testemunhos que estão longe de ser suficientemente probatórios. Assim, a transformação progressiva do Estado democrático americano num Estado policial, ou o «quadro das dificuldades internas e externas dos Estados Unidos», bem como a constatação de que a «classe operária americana constitui, apesar da sua miopia política um poder formidável». (O. Guerin) e de relativa revitalização do «Labor» depois de 1964, em nada se opõem às teses de Marcuse, antes confirmam a sua análise da pseudo-democracia do sistema, da presença de possibilidades objectivas de transformação e de viabilidade de um futuro despertar da classe operária americana.

Afirmar, por último, que Marcuse «concebe o mundo como constituindo

uma espécie de Norte-América embrionária» é extrair uma ilação ilegítima de análises circunscritas aos E.U.A. e contrariar uma vez mais o que o próprio Marcuse sempre declarou, nomeadamente numa entrevista a «L'Express» em 1969 e em «Vers la Libération». Nesta obra é igualmente salientado o papel determinante dos países subdesenvolvidos na precipitação de uma crise nos países neocapitalistas, o que contraria a crítica que a este propósito J.A.N. dirige a Marcuse. É certo que a versão de «Vers la Libération» é mais optimista quanto às possibilidades de alteração do sistema, mas não esqueçamos que «O Homem Unidimensional» foi escrito em 1964, último ano de uma formidável expansão económica do sistema capitalista americano, a que se tem seguido uma nítida desaceleração numa altura em que a «contestação» estava longe de ter a dimensão actual. Apesar disso e do pessimismo prudente desta obra, nada nela autoriza a interpretação exposta por J.A.N.

Assim, quando este afirma que, «em muitos casos, «O Homem Unidimensional» volta-se contra as próprias teses do seu autor e leva-nos a formular precisamente as hipóteses opostas às que ele defende» (p. 240), está a confessar implicitamente a sua deficiente interpretação do pensamento de Marcuse, cujo rigor é incompatível com contradições tão grosseiras. Pois não será antes contra a versão que J.A.N. nos dá das teses do seu autor que se volta «O Homem Unidimensional»?...

Uma última observação relativamente aos artigos sobre ensino. Se alguns

têm um carácter estritamente «técnico» ou «pedagógico», outros apresentam considerações teóricas e propostas de reforma que em nada ficam a dever às que o Ministro Veiga Simão veio apresentar ao País, sendo às vezes até mais tímidas (cf. pp. 313, 319, 321, 330, 332 a 337). Depois das propostas apresentadas oficialmente, já não é admissível (e sê-lo-ia antes?) que alguém com as opções teóricas de J.A.N. venha abordar o problema em termos que fazem abstracção de todo um contexto sócio-económico ou o abordam de forma equívoca, ao mesmo tempo que ignoram o problema básico da democratização do ensino e deixam transparecer um economicismo ambíguo. Surpreendeu-nos uma tal posição, nos antípodas da opção teórica defendida, tanto mais que em artigos mais recentes J.A.N. tem mostrado claramente a sua atitude crítica em relação às propostas referidas, com base numa visão dos problemas do ensino e do País bem mais ampla do que a revelada aqui. A inclusão destes artigos em nada beneficia o volume, dado o seu carácter ultrapassado, o seu estilo demasiado jornalístico.

O valor deste livro reside, pois, essencialmente na crítica a que se submetem as teses estruturalistas e a interpretação de Marx por Althusser, bem como na classificação do conceito de humanismo socialista. Os cinco ensaios em que estes temas são debatidos muito ganhariam numa refundição geral que sistematizasse a argumentação desenvolvida e desenvolvesse as bases de uma teoria socialista do homem. ■

REGISTO BIBLIOGRÁFICO

SÉRGIO HISTORIADOR

Cita-se frequentemente o contributo de António Sérgio para a formação da moderna historiografia sócio-económica em Portugal, designadamente o ensaio sobre **A conquista de Ceuta**. Mas raramente se sublinha a importância da teoria geral da história portuguesa, várias vezes esboçada por Sérgio: **Considerações histórico-pedagógicas** (1915), **Bosquejo da História de Portugal** (1923), **História de Portugal em castelhano** (1929), **História de Portugal — Introdução geográfica** (1940).

Na série das obras completas do pensador, em publicação pela Livraria Sá da Costa, saiu a primeira edição da versão portuguesa traduzida para castelhano em 1929. Intitula-se **Breve interpretação da História de Portugal** e difere em algumas passagens da mencionada tradução.

«O que faz de um qualquer número de pérolas um colar é o fio invisível e interior que as une — que as liga a todas numa certa ordem, segundo uma determinada configuração. Neste livrinho, os factos históricos são como as

pérolas para quem se deu ao trabalho de as ensartar: tirei-os dos cronistas, dos historiadores, dos documentos publicados, dos eruditos; o próprio da minha obra é o fio de ideias que os seleccionou, que os ligou, que os ordenou num determinado sistema; em resumo: numa interpretação da história do nosso país. Tratou-se aqui de compreender essa história: e compreendê-la, como sempre, é uni-la inteligivelmente a um certo todo de que ela faz parte, retroceder analiticamente até aquilo que a condicionou (à situação mundial que neles impera)».

Sérgio situa a formação da nacionalidade no contexto do renascimento comercial-marítimo operado a partir do século X e sustenta que foi a expansão desse comércio que, mais tarde, levou Portugal à África e ao Oriente — «fases de um movimento único, pontos diferentes de uma só trajectória». Outra não seria «a grande ideia directriz que domina a história» (portuguesa).

Sérgio acentua, por outro lado, «a formação no litoral de uma burguesia

cosmopolita, oposta na mentalidade e nos interesses aos senhores rurais do interior», e sublinha que «o antagonismo destas duas classes teve papel importantíssimo na evolução da sociedade». Contudo a burguesia portuguesa não se voltou para uma «política de fixação», ou seja para uma actividade de desenvolvimento, antes se esgotou na «política de transporte», ou seja na «ventura oceânica e pelejadora». Retomando uma questão tradicional, a das causas da decadência dos povos peninsulares, Sérgio adianta uma vasta hipótese sociológica explicativa do atraso português após a expansão, que atribui não a fenómenos políticos ou religiosos (como o absolutismo ou a inquisição) mas à incapacidade para abrir perspectivas de trabalho produtivo. No entender de Sérgio, o que prevaleceu foi a tendência para o «parasitismo» e para tudo esperar dos favores do poder central («comunitarismo de Estado», «empreguismo»), escolho em que fracassaram as tentativas renovadoras do liberalismo e da democracia.